

PDT lança Brizola na televisão

Na próxima sexta-feira, ao ocupar cadeia nacional de rádio e televisão durante uma hora, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) lançará de forma semi-oficial a candidatura do ex-governador do Rio, Leonel Brizola, à Presidência da República. Os acertos sobre o programa e a sua linha foram discutidos ontem à noite, no Rio, por Brizola e pelas lideranças pedetistas, entre elas os constituintes do partido, que viajaram para aquele estado ontem mesmo.

Antes de embarcar, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) explicou que o programa "naturalmente desencadeará a campanha de Brizola". Embora garanta que nada existe ainda quanto à estratégia da campanha, Vivaldo lembrou que a sua realização a partir de agora poderá ajudar a derrotar o parlamentarismo no plenário da Constituinte. O deputado disse que a campanha de Brizola será "aberta e mais ampla possível" e adiantou que o programa do partido na sexta-feira, contará com pronunciamentos dos líderes na Câmara, deputado Monteiro (PDT/RJ), e no Senado, senador Maurício Corrêa (PDT/DF). A maior parte da hora destinada ao PDT, contudo, será mesmo ocupada por Leonel Brizola, que diante de um auditório, falará de sua candidatura e de sua campanha.

Dentro da bancada do PDT, no entanto, há quem não concorde com essa linha. O deputado Lysnéas Maciel (PDT/RJ), que também viajou para o Rio, disse acreditar que mesmo existindo uma tendência clara pelo lançamento da candidatura Brizola agora, "ainda há tempo para virar a mesa". Lysnéas defende que o PDT deve falar em diretas no seu programa, "mas não em nomes". O deputado disse que pretendia propor aos seus companheiros que o partido se una ao MUP, ao PT, à esquerda do PMDB e a outros setores progressistas da Constituinte para lançar "uma campanha de fortalecimento da transição". Para Lysnéas Maciel, iniciar a campanha eleitoral neste momento é prematuro e pode acarretar prejuízo aos trabalhos da Constituinte. "Mas é óbvio que a candidatura de Brizola sairá, de qualquer maneira", acrescentou.

NOPT

O outro partido que já dá como certo o lançamento de uma candidatura à presidência neste momento é o PT. O futuro candidato, deputado Luiz Ignácio Lula da Silva (PT/SP), garante que não está acompanhando a articulação em torno da campanha. "Não quero dar a impressão de que estou trabalhando para ser candidato", disse ele, reconhecendo, porém, que não existe outro nome no partido pleiteando a candidatura. Lula não considera cedo lançar-se em campanha. A candidatura de Lula será oficializada nos dias 4, 5 e 6 de dezembro quando ocorrerá, em Brasília, o Quinto Encontro Nacional do PT, reunindo mais de 600 delegados. Na ocasião deverá ser eleito presidente do Partido o deputado Olívio Dutra (PT/RS) e indicado candidato à Presidência da República o atual presidente do PT, Lula, a exemplo de Vivaldo Barbosa, diz que ainda não há uma estratégia de campanha traçada. Mas no dia 7 de dezembro, o partido, como o PDT na próxima sexta-feira, ocupará cadeia nacional de rádio e TV. Certamente, já na condição de candidato, Lula será a estrela do programa, fazendo o que Brizola fará depois de amanhã.

Se o PT tiver acesso aos meios de comunicação em igualdade de condições, creio que teremos boas chances de fazer o Presidente —, afirmou Lula. Um ponto, entretanto, ainda é obscuro. Ninguém sabe quem será o vice-presidente na chapa dele. "Conversei com o Brizola, por telefone, na semana passada, mas num primeiro momento não há chance de nos unirmos. Quem sabe, isso poderá ocorrer no segundo turno da eleição", disse. Além do programa no dia 7 o PT já tem um comício marcado para o dia 13 de dezembro, em São Paulo. "Será o primeiro de uma série", explicou Lula.

Amapá tenta antecipar as suas eleições

O prefeito de Macapá, Raimundo Azevedo manteve ontem contato com vários constituintes visando antecipar para o próximo ano as eleições para governador no Amapá e em Roraima, territórios que serão transformados em Estados caso o plenário da Constituinte confirme o resultado obtido na Comissão de Sistematização no último domingo.

Azevedo está articulando com alguns deputados a apresentação de um substitutivo nesse sentido, inclusive com apoio da cúpula do PMDB. Ele diz que o partido está empenhado nessa luta e acredita na aprovação da proposta no plenário da Constituinte. A emenda aprovada na Sistematização prevê eleições governamentais nos dois novos Estados em 1990, mas segundo o prefeito a vontade popular é de eleições no próximo ano. "O Amapá anseia por sua liberdade", ressaltou.

Presidente não desiste dos cinco anos

Prisco e ACM comandam nova fase de substituição de infelizes que estão no Governo

JULIO ALCANTARA



Sarney disse ao governador Alvaro Dias que se sente livre para mudanças

Planalto ameaça demitir quem ajudar candidato

"Não tenho mais qualquer compromisso político. Se alguém no governo usar recursos públicos para ajudar qualquer candidato ou candidatura será, sumariamente, demitido". A ameaça é do presidente José Sarney segundo reproduziu, ontem, o secretário da Secretaria de Comunicação da Administração Pública, (Secaf) Getúlio Bittencourt. Foi a única ameaça concreta do Presidente desde a votação da Comissão de Sistematização, domingo passado, que reduziu seu mandato para quatro anos.

Bittencourt afirmou que Sarney decidiu concentrar toda a ação do governo, neste período que lhe resta de mandato, para realizar uma boa administração de forma a deixar a marca de "Tudo pelo Social". Segundo ele, isto não será difícil na medida em que no próximo ano o governo certamente terá bastante recursos em consequência da ida ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Disse o secretário que agora, livre dos compromissos com os políticos, o Presidente finalmente terá condições de realizar um bom programa de governo.

NAO INTERFERE

O presidente Sarney — ainda de acordo com Getúlio Bittencourt — está mesmo disposto a não mais interferir na Constituinte. "Ele convenceu-se de que abster-se do processo, devolve aos constituintes seus próprios problemas, ao mesmo tempo em que deixa de colaborar com a maioria que se armou contra ele. Isto explica a posição de magistrado que assumiu", disse o secretário.

Um assessor do Presidente contou que ele vem sendo violentamente pressionado a retaliar. Um exemplo foi o do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, que propôs ontem, com insistência, uma série de demissões de apadrinhados de políticos que votaram contra os cinco anos para Sarney. Sua su-

gestão não foi aceita pelo Presidente que vem desestimulando o revidar.

Enquanto o Palácio do Planalto oficialmente nega sistematicamente qualquer posição revanchista do governo, as demissões já começam a ser processadas seguindo um levantamento feito pelo Gabinete Civil indicando "quem foi nomeado para onde e por quem". As primeiras foram a do Presidente da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Inácio Mammã, indicado pelo senador José Richa (PMDB-PR) e a do superintendente da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Raul Brunini, apadrinhado dos deputados Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti, ambos do PFL-RJ que, como Richa, votaram contra os cinco anos para o mandato do presidente Sarney na Comissão de Sistematização.

"Não tenham dúvidas que muitas cabeças vão rolar. O governo vai morrer negando qualquer retaliação mas que elas vão ocorrer vão", garantiu, ontem, um importante assessor político de Sarney. O que ele chama de retaliação — as demissões dos apadrinhados dos adversários políticos do Presidente — Bittencourt denomina "simples reciclagem administrativa" que, acrescentou, "somente ocorrerá nos casos em que houver irregularidade administrativa".

"Fala Favela" será o primeiro programa social no segundo tempo do governo Sarney. Será lançado nos próximos dias e atingirá mais de três mil favelas em todo o País. O "Fala Favela" consiste inicialmente na eleição de uma comissão da comunidade, em cada favela, que terá a responsabilidade de indicar quais as prioridades da comunidade — se escola, posto de saúde, creche, orelhão, playground etc. a serem realizadas em sistema de mutirão numa área de 10 mil metros quadrados em cada uma das favelas.

Waldir é excluído de lista de convidados

O governador da Bahia, Waldir Pires, que foi um dos responsáveis pela aprovação na Comissão de Sistematização do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, no domingo passado, não vai comparecer à solenidade de instalação do grupo de trabalho instituído em outubro para formular um programa de desenvolvimento da região central do País. O grupo será empossado hoje na cidade de Porangatu, no norte de Goiás, distante cerca de 570 quilômetros de Brasília.

O programa visa atingir especialmente os Estados de Goiás, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Piauí e o Distrito Federal. Os governadores Henrique Santillo, Carlos Bezerra, Epitácio Cafeteira, Hélio Gueiros, e Alberto Silva foram convidados, José Aparecido está viajando, mas o seu substituto não consta da lista oficial, assim como Waldir Pires.

Sarney vai acompanhado dos ministros José Reinaldo Tavares, dos Transportes, Iris Rezende, da Agricultura; José Hugo Castello Branco, da Indústria e do Comércio; João Alves Filho, do Interior; Aníbal Teixeira, do Planejamento; Vicente Fialho, da Irrigação; e o general Rubens Bayma Denis, chefe do Gabinete Militar.

Sarney chega a Porangatu às 9h10, seguindo direto para o centro de exposição da cidade, onde será realizada a solenidade. Em seguida, vai para Goiânia, onde chega às 12h25, para visitar a área destinada ao depósito de rejeitos radioativos. Ele almoça no Palácio das Es-

meraldas, sede do governo goiano.

Sarney retorna a Brasília às 16h15. As 18 horas vai com dona Marly ao encerramento do 30º Congresso da Campanha Nacional de Escolas Comunitárias, no auditório do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), na 508 Norte.

SANTANA

O governador de Rondônia, Jerônimo Santana, disse ontem, depois de audiência com o presidente José Sarney, que é favorável ao mandato de cinco anos, porque a realização de eleições diretas para presidente da República no próximo ano vai atrair o pleito para prefeitos e vereadores. Ele pretende influenciar a bancada do Estado — 11 parlamentares —, para votar em plenário contra os quatro anos.

Jerônimo Santana alega que ninguém sabe ainda quantos vereadores vão ser eleitos em cada município, já que cada Estado ainda vai adaptar a sua Constituição à federal. Também vai ser preciso esperar pela legislação complementar ou ordinária, que vai encerrar o processo de transição. Ele acredita também que na marcha que a Constituinte vai a nova Constituição não vai sair nos primeiros meses do ano, o que pode representar o adiamento das eleições municipais.

Jerônimo foi ao presidente Sarney pedir socorro financeiro para realizar os projetos de investimento do Estado, especialmente nos setores de energia elétrica, rodoviário, saúde e educação.

Cardoso não vê clima para eleição

Belo Horizonte — O governador Newton Cardoso afirmou ontem que os políticos brasileiros "têm que ter bom senso e assumir uma atitude patriótica" em relação à questão da realização de eleições presidenciais em 1988, destacando que não vê clima para esta votação, "Pois precisamos, primeiro, atender às reivindicações básicas feitas por todos os segmentos da vida nacional, essencialmente as áreas civil e militar". Acrescentou que estas eleições "somente poderão ser realizadas em 1989".

"O problema do Brasil, caso sejam mantidos os quatro anos de mandato para o presidente Sarney, na votação do plenário da Assembleia Nacional Constituinte, não se refere apenas a um risco político. A principal repercussão será no campo econômico", proseguiu o governador mineiro, em entrevista à imprensa na Assembleia Legislativa.

Newton Cardoso disse ainda que, "sob pretexto algum", a decisão da Comissão de Sistematização pode ser considerada irreversível. "O plenário é quem vai decidir, e uma reviravolta, com até dois votos de vantagem em favor dos cinco anos, poderá facilmente acontecer. Difícil, neste assunto, é fazer agora qualquer previsão sobre futuros resultados".

Afirmou ainda que a luta da maioria dos governadores "será em favor da defesa dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney", lembrando que "até o Partido dos Trabalhadores, já concordou em fazer parte desta ampla frente nacional". Frisou, também, que não considera negativo o trabalho dos parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte, conforme pesquisa divulgada por um jornal fluminense, abrangendo o público do Rio de Janeiro: "Nossa Constituinte não é ruim, pois ainda não teve a oportunidade de aprovar nada. Ruim, para mim, é esta Comissão de Sistematização. Vamos aguardar a nova carta, para termos uma conclusão definitiva".

Cafeteira prevê golpe militar

São Luiz — O governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, afirmou ontem que "a aprovação do mandato de quatro anos, na Comissão de Sistematização da Constituinte, abre um precedente para a retomada do poder pelas forças militares brasileiras, como advertiu, esta semana, o governador Newton Cardoso, de Minas Gerais". Cafeteira disse, também, que "a aprovação do sistema parlamentarista de governo não viria afetar o seu governo e nem o Estado do Maranhão".

O governador fez críticas à Comissão de Sistematização e disse que "a Constituinte não discutiu os grandes temas nacionais como a reforma agrária".

"A aprovação do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney não poderia ser adotada sem que houvesse uma proposta de ouvir o povo em plebiscito".

Dante: Ninguém pára as diretas

Culabá — "Já encomendei meu título", afirmou ontem o ex-ministro da Reforma Agrária, o prefeito de Culabá, Dante de Oliveira, ao ressaltar que "ninguém mais mudará o resultado aprovado pela Comissão de Sistematização: a campanha presidencial está nas ruas, e não vão tomá-la do povo". Dante acha entretanto que o melhor para o País seriam as eleições gerais em 88, mas reconhece que dificilmente esta decisão será aprovada.

O prefeito de Culabá defende agora uma ampla mobilização pela aprovação do sistema presidencialista, "porque o parlamentarismo é uma experiência muito perigosa para o Brasil, sem partidos fortes".

JOÃO EMÍLIO FALCÃO
Repórter Especial

O Presidente da República não desistiu de lutar pelo mandato de cinco anos no plenário. Ao contrário, vai lutar e muito. A nova fase do Governo será dedicada a fortalecer suas bases de sustentação política, com a substituição de infelizes por elementos de absoluta confiança nos principais cargos da administração.

O ministro Prisco Viana (Desenvolvimento Urbano), que divide com o ministro Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) o comando da nova fase política, frisa que a votação da Comissão de Sistematização é apenas "uma recomendação". No plenário é que se poderá conhecer, em realidade, o perfil da Constituinte.

Prisco argumenta que a votação da Sistematização — 48 a 45 — demonstra que o Presidente tem uma boa sustentação política.

Se esse quadro for extrapolado, verificar-se-á que no máximo 20 votos separam a redução do mandato para quatro anos de sua fixação em cinco.

O novo esquema do Governo será "para valer", de acordo com um dos deputados mais ligados ao presidente José Sarney. A época de articulações imaturas, em reuniões promovidas sem maior conhecimento, passou. A prova dessa alteração seria o novo papel do ministro das Comunicações, a quem caberá escolher o futuro superintendente da Sudene. O Governo, naturalmente, não confirmará, porém, esse superintendente, como uma de Pires (Bahia) decisivos para a redução dos mandatos.

A demissão do presidente da Comissão de Financiamento da Produção, Inácio Mammã, muito ligado ao senador José Richa (PMDB-PR) foi o primeiro aviso. Discretamente, sem alarde, o Governo substituiu, também, toda a diretoria da

EBN para que o novo presidente, Frota Neto, possa modificar sua imagem.

O ministro Renato Archer, da Previdência, está na lista dos que deverão sair por motivos diversos. Um deles é de que toda a máquina da Previdência está sendo usada para fortalecer o PMDB no interior, através de convênios especiais, fato denunciado pelo PFL com insistência. A simples designação de um nome de confiança pessoal do esquema do Presidente para o Ministério da Previdência já teria, de acordo com os avaliados, repercussão no Congresso.

As providências adotadas por Sarney deixaram o líder do PFL no Congresso, deputado José Lourenço (BA), muito eufórico. Na tarde de ontem, em seu gabinete ele afirmava: "Nós vamos ganhar no plenário. No presidencialismo o poder é para ser exercido pelo Presidente. Com algumas decisões firmes, o plenário votará pelos cinco anos".

Sarney nega que faça retaliação

O presidente José Sarney afirmou ontem ao governador do Paraná, Alvaro Dias, que vai substituir todas as pessoas que não estão correspondendo ao plano administrativo, mas negou que as demissões já ocorridas no Governo sejam em retaliação à decisão da Comissão de Sistematização de reduzir para quatro anos o seu mandato. Sarney disse que a sua atuação será "pela eficiência administrativa", para alcançar a governabilidade, que foi prejudicada nos últimos meses em decorrência da interferência dos políticos.

Alvaro Dias disse que Sarney se sente livre para fazer as mudanças que considerar necessárias e garantiu que as substituições como a do presidente da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Inácio

Mammã, foi puramente de cunho administrativo. Sarney disse para Alvaro Dias que vai mandar fazer uma sindicância na empresa, que deve continuar sendo administrada por paranaenses. Dias negou, entretanto, que tenha apresentado um nome para substituir Mammã.

O Presidente disse para Dias que as substituições não levarão em consideração os "padrinhos políticos" ou mesmo a ligação partidária, já que não foram respeitados compromissos assumidos anteriormente de manter um mandato de cinco anos. Sarney não manifestou nenhuma mágoa, revelou Dias. "Ele estava tranqüilo, solto, livre e bem-humorado", disse.

Dias disse para Sarney que é contra o mandato de quatro anos, por entender que a Consti-

tuíte precisa terminar de fazer o reordenamento jurídico do País, e a eleição para presidente no próximo ano vai transformar o plenário num palanque. Ele também se colocou contra a implantação do sistema parlamentarista em marco do próximo ano, porque os atuais parlamentares não foram eleitos para atuar em processo diferente de governo.

Para Dias, o Governo não deve ser mudado sem um plebiscito para que a nação brasileira referenda a decisão da Constituinte. Se o sistema for reprovado, é preciso que se faça eleições gerais, de presidente a vereador. Ele disse que o seu cargo está à disposição, se para a Nação voltar a ter credibilidade nos políticos for necessário um pleito total.

Costa Couto: sem revanchismo

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto — que acumula informalmente as funções de porta-voz da Presidência — negou, ontem, que o Governo esteja pensando em retaliação ou revanchismo em função do resultado da votação da Comissão de Sistematização.

Logo em seguida ao desmentido, Costa Couto declarou: "O Presidente disse que os cargos de confiança do governo devem ser ocupados por pessoas da confiança do governo". Ao ser perguntado se a exoneração do presidente da CFP, Inácio Mammã, por exemplo, indicado pelo senador José Richa, seria uma simples coincidência, o ministro respondeu: — O que sei é que o ministro da Agricultura, Iris Rezende,

em entrevista coletiva à imprensa, hoje, disse que a demissão do presidente da CFP está relacionada com questões administrativas.

Com relação a uma possível reforma ministerial, o ministro Costa Couto afirmou que "não há ainda uma decisão do governo". Ele desmentiu a notícia da substituição dos ministros Renato Archer, da Previdência e Assistência Social, e de Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia. Mas admitiu que o presidente Sarney poderá fazer profundas alterações no quadro de auxiliares tendo em vista o critério da confiança e lealdade.

O Presidente tem dito que se sente livre e liberto para governar o País em sintonia com

as aspirações populares. Ele vai atuar, daqui para frente com a máxima liberdade, inclusive para fazer as alterações que entender necessárias — repetiu Costa Couto.

— Ministro, o presidente Sarney tem dito, também, que se sente livre de qualquer compromisso político. Isto significa que está livre, também, do compromisso com o PMDB de não ir ao Fundo Monetário Internacional?, indagou um repórter.

— O que posso dizer é que não vamos solucionar a dívida com retórica ou demagogia mas considerando as necessidades do País. O que é negociável pelo governo é a opção pelo crescimento. É crucial para o Brasil a retomada do crescimento.



Mammã recebeu à tarde apoio de funcionários

Demitido, Mammã confirma retaliação

O presidente da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Inácio Mammã Neto, recebeu a notícia de sua demissão pela imprensa na segunda-feira à noite e ontem foi confirmado pelo ministro da Agricultura, Iris Rezende.

No final da tarde, em entrevista coletiva, Mammã afirmou que não sabia as causas de sua saída, mas julgava que seria devido sua ligação com o senador José Richa (PMDB-PR).

quis fazer muitos comentários sobre seu desligamento da empresa e afirmou que é favorável à auditoria na CFP para mostrar como foi sua administração de dois anos e meio.

Mammã não quis julgar o ato do presidente Sarney demitindo uma das primeiras vítimas da reação do governo contra os que votaram pela redução do mandato do presidente Sarney. Indicado pelo senador José Richa, Mammã afirmou que continuará trabalhando para o amigo. Eles se conheceram há 25 anos e continuarão trabalhando juntos. As declarações do ex-presidente da CFP foram de agradecimentos aos funcionários e apesar da insistência dos repórteres quanto ao seu julgamento sobre a atitude do presidente Sarney, disse que "deixaria para a opinião pública julgar".

CRITICAS

Embora Inácio Mammã não tenha atacado frontalmente o presidente Sarney, ele fez críticas genéricas. Disse que não adotaria uma medida como esta porque ele acredita que o parlamentarismo vai abolir com este tipo de atitude. O ex-presidente da Companhia de Financiamento da Produção não

Conselho Monetário Nacional (CMN). Ele tinha uma audiência com o presidente Sarney, para tratar da sucessão na CFP.

Ao sair do Ministério da Fazenda, Iris admitiu que o novo presidente da CFP será uma pessoa do Paraná, ligada ao governador Alvaro Dias, que defende os cinco anos de mandato para o Presidente da República. O ministro afirmou ainda, que só se encontra à frente do Ministério da Agricultura por concordar com as teses do Presidente e a partir do momento que discordar deixará de integrar a equipe presidencial. De acordo com ele, continuar é um ato de traição.

Antônio Carlos indica o nome para a Sudene

A Sudene terá uma solução "técnica" — engenheiro Paulo Souto, ex-secretário de Minas e Energia do governo João Durval, da Bahia. O novo superintendente da Sudene foi indicado pelo ministro Antônio Carlos Magalhães e o anúncio deverá ser feito ainda hoje.

A escolha de um técnico vinculado ao PFL da Bahia fez parte do "novo estilo" do presidente Sarney, de só prestigiar os políticos que o prestigiaram, comentaram ontem parlamentares do PFL que votaram a favor do mandato de cinco anos. A escolha de Paulo Souto confirma o alinhamento do PMDB de Pernambuco, já que o presidente Sarney havia lembrado para a Sudene o vice-governador Carlos Wilson — que motivou o protesto do PFL de Pernambuco e serviu de pretexto para a saída de Jorge Bornhausen do MEC e para o rompimento da Aliança Democrática.

Na votação de domingo o PMDB de Pernambuco — à exceção do deputado Nilson Gibson — fechou questão a favor do mandato de quatro anos a Sarney. "A perda da Sudene foi o troco" — disse o dirigente do PFL.

Deputado vota pelos 4 e fica sem sua rádio

A previsão do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) de que haveria retaliação do Governo Federal contra o governador Miguel Arraes e integrantes da bancada pernambucana, que votou em peso pelos quatro anos de mandato para Sarney, começou a acontecer. Ontem o deputado Federal Fernando Bezerra Coelho (PMDB), que tinha assegurado a concessão de uma emissora de FM em Petrolina perdeu-a para seu tio e adversário político, Oswaldo Coelho (PFL) que votou pelos cinco anos.

Fernando Coelho já avisou a outros correligionários seus, por ele indicados para a direção de órgãos federais no Estado, que se previnam porque poderiam cair a qualquer momento. A retaliação governista contra a bancada pernambucana e contra Miguel Arraes foi prevista antecipadamente pelo senador Mansueto de Lavor, que chegou a afirmar, logo após a aprovação do mandato de quatro anos: "O pau vai cantar em cima de Arraes".